

ID: 123383125

05-06-2026

ECONOMIA

CUSTO DE VIDA ANULA GANHOS SALARIAIS

Os rendimentos aumentaram, mas as despesas crescem mais depressa. Bastonária dos Contabilistas Certificados e economistas alertam para pressão sobre orçamentos das famílias.



TEXTO
Sónia Peres
Pinto

O poder de compra dos portugueses tem vindo a cair a pique, apesar da subida dos salários médios. A subida do custo de vida não está a acompanhar esta tendência, como garante ao *Nascer do SOL* a Bastonária dos Contabilistas Certificados. E os números falam por si. A remuneração bruta mensal média por trabalhador atingiu 1.694 euros em 2025, registando um crescimento de 5,6%, acima dos 4,7% definidos no Acordo Tripartido sobre Valorização Salarial e Crescimento Económico 2025-2028.

«De uma forma geral, os salários têm aumentado, mas não consegue fazer face a todos os aumentos do custo de vida a que temos vindo a assistir, principalmente nos últimos meses», refere a bastonária Paula Franco, lembrando que, «quando o dinheiro que se ganha não chega para pagar todas as despesas, significa que os portugueses têm menos dinheiro no bolso».

Este cenário já foi reconhecido pelo ministro da Economia, ao admitir que nem todos os portugueses vivem melhor apesar do crescimento salarial. O problema, segundo Castro Almeida, é que nem todos os salários cresceram e o custo de muitos bens essenciais não pára de subir. «Em média funcionou bem, porque os salários subiram mais do que a inflação. Temos de estar atentos às pessoas, cujo salário não tenha crescido tanto como a média. A infla-

ção nunca é boa para a economia», reforçou o governante.

Declarações que foram vistas por João César das Neves como «uma atitude prudente». Ao nosso jornal, o economista reconhece que «traçar um quadro demasiado positivo perde credibilidade», acrescentando que «o crescimento não justifica grandes otimismo e a desigualdade permanece elevada».

Também a 'borla fiscal' dada pelo Governo nos meses de agosto e de setembro, em que os rendimentos brutos até aos 1.136 euros mensais ficaram livres de qualquer teve impacto já este ano, tal como aconteceu em 2025, no reembolso a receber no momento da entrega da declaração de rendimentos. «Nesses meses foi importante e o que tem acontecido nos últimos anos é que as taxas efetivas de IRS têm descido, só que, como as retenções na fonte têm sido mais aproximadas às contas finais, aquele dinheiro que os portugueses têm a mais num mês praticamente não sentem. E o que estão a sentir é que precisavam do valor do reembolso, nesta altura do ano, para fazer face a algumas despesas», salienta Paula Franco – nomeadamente despesas de saúde, compra de eletrodoméstico em falta ou de mobiliário para a casa, revisão anual do carro, etc.

E, apesar de considerar que «o dinheiro tem de estar do lado dos contribuintes e não do lado do Estado», reconhece que para muitos trabalhadores nesta altura era importante contarem com aquela 'poupança forçada' pelo Estado para conseguirem ter

uma almofada financeira. «Era uma verba para suportar despesas extra ou, até mesmo, para poupar. Agora, torna-se mais difícil», afirma a Bastonária dos Contabilistas Certificados.

ECONOMIA BARALHA AINDA MAIS CONTAS

É certo que a taxa de inflação continua a não dar tréguas e os dados não são animadores, com os preços a voltarem a subir em maio, impulsionados, em grande parte, pela subida dos preços da energia, que registaram um aumento de quase 11%. De acordo com as estimativas divulgadas pelo Eurostat, o Índice de Preços no Consumidor (IPC) subiu 3,2%, em termos homólogos, em abril, o que significa uma aceleração de 0,2 pontos percentuais (avanço de 3,0% em abril).

Um cenário que não aparenta dar tréguas. João César das Neves acredita que o mais provável «é a continuação da mesma dinâmica, com a possibilidade de um salto súbito devido à situação muito nebulosa do petróleo».

E acredita que as previsões de crescimento num quadro tão frágil como o atual podem ser baralhadas facil-

mente. Mas deixa um alerta: «Não é conveniente propagar alarmismo ainda injustificados». Daí dar razão ao Conselho das Finanças Públicas, que considerou otimista o crescimento de 2% do Produto Interno Bruto (PIB) em 2026, defendendo que esta meta «difícilmente será atingida» neste ano.

Paulo Monteiro Rosa, economista do Banco Carregosa, lembra que a CFP aponta para um crescimento mais próximo de 1,6% e alerta para riscos de desaceleração económica ditados por um contexto internacional mais exigente. «A procura externa tem abrandado. Ainda assim, a execução do PRR e a resiliência da procura interna poderão continuar a sustentar a atividade económica nos próximos trimestres», afirma ao *SOL*.

Recorde-se que a entidade liderada por Nazaré da Costa Cabral chamou a atenção para o facto de a previsão do Governo estar «acima de todas as previsões pontuais consideradas» – o Fundo Monetário Internacional (FMI) antecipa um crescimento de 1,9%, enquanto o Banco de Portugal fala em 1,8% –, traduzindo um «enviesamento em alta», com implicações diretas na credibilidade das projeções orçamentais.

O Conselho das Finanças Públicas considerou ainda que os números da inflação podem estar subestimados. O Executivo aponta para 2,5% em 2026, no entanto, o parecer conclui que «existe elevada probabilidade de uma evolução superior à apresentada», destacando o impacto do aumento dos preços da energia, em particu-

'O crescimento não justifica grandes otimismo e a desigualdade permanece elevada'

JOÃO CÉSAR DAS NEVES



DREAMSTIME

lar nos preços alimentares e na inflação subjacente.

E os cenários de abrandamento já são visíveis. De acordo com os dados do INE, a economia portuguesa cresceu 2,3% no primeiro trimestre em relação ao mesmo período do ano passado. Ainda assim, registou uma variação nula em relação ao último trimestre de 2025.

Apesar de César das Neves considerar que «não é nada de extraordinário» e que «não se deve extrapolar de apenas um trimestre», admite que acentua os riscos geopolíticos e a incerteza internacional e, em certa medida, também nacional. «O inesperado choque do petróleo tem as principais responsabilidades», afirmou.

O economista chama ainda a atenção para os últimos dados divulgados pela Direção-Geral do Orçamento (DGO), que apontam para um défice de 1.548 milhões de euros até abril. E, apesar de afirmar que estes números não justificam «extrapolações apressadas e que a trajetória não denotar ainda nada de anormal», embora reconheça que «possa vir a acontecer», sinaliza que a «situação financeira do Estado mantém-se frágil».

Também Paulo Monteiro Rosa reconhece que a estagnação da economia portuguesa no primeiro trimestre já era previsível, tendo em conta a estimativa rápida do INE divulgada no final de abril, que já apontava para estes números.

Ainda assim, lembra que a procura interna «manteve-se resiliente», com a aceleração do consumo privado na ordem dos 3%, enquanto a despesa

pública teve um peso mais moderado, um crescimento de apenas 1,6%, e destaca o investimento, que cresceu 9,2% em termos homólogos.

Mas, para este economista, nem tudo são boas notícias. A procura externa líquida penalizou o crescimento económico, já que as importações cresceram muito mais do que as exportações. E, apesar da recuperação das exportações, crescendo 1,7% em termos homólogos, as importações aumentaram 5,5%, refletindo sobretudo o forte dinamismo do investimento e o aumento da compra de bens ao exterior. «A economia não ficou estagnada por falta de dinamismo interno, mas porque o forte aumento das importações acabou por anular grande parte do impulso gerado pelo consumo e pelo investimento, explicando assim a estagnação da economia em cadeia no arranque do ano», disse ao SOL.

Face a este cenário, Paulo Monteiro Rosa não hesita: «A aceleração da inflação, que atingiu 3,3% em termos homólogos em maio, aliada a um eventual abrandamento da atividade económica, poderá dificultar as previsões para as contas públicas este ano. Apesar de uma inflação mais elevada tender a beneficiar a receita fiscal no curto prazo, sobretudo através do IVA, do IRS e das contribuições sociais, uma vez que o aumento dos preços impulsiona o PIB nominal e alarga a base tributável, mas já uma desaceleração mais acentuada da economia e uma eventual quebra do consumo poderão acabar por penalizar a arrecadação de receita».

Esso é visível pelos dados da execução orçamental até abril, que evidenciam uma deterioração significativa do saldo das administrações públicas. Segundo a Direção-Geral do Orçamento, o saldo global passou de um ligeiro excedente de 153,9 milhões de euros nos primeiros quatro meses de 2025, para um défice de 1547,7 milhões de euros no mesmo período deste ano. «A principal explicação está no facto de a despesa estar a crescer muito mais rapidamente do que a receita. A receita efetiva aumentou 5,7%, enquanto a despesa efetiva subiu 10,5%. Do lado da despesa, destaca-se sobretudo o forte aumento do investimento público, um crescimento de 37,2%, bem como o aumento das transferências correntes, impulsionadas pelas pensões e pelas contribuições para o orçamento europeu. Também as despesas com aquisição de bens e serviços subiram significativamente, mais precisamente de 30,5%», salienta o economista.

A somar a estas dificuldades, acrescenta, há que contar ainda «com um contexto económico mais fraco que poderá também pressionar algumas áreas da despesa pública, tornando mais difícil manter o atual equilíbrio orçamental», referindo que «os estabilizadores automáticos podem ser ativados caso a haja uma forte desaceleração económica». E daí defender que «o cenário do Governo para 2026 parece relativamente exigente, sobretudo tendo em conta os sinais de abrandamento da economia portuguesa e o contexto internacional mais incerto». ●

↑ O aumento da taxa de inflação não tem dado tréguas e penaliza orçamentos familiares